

ANABB

Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil

EDITAL Nº 02, DE 02 DE MARÇO DE 2020
PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE ADVOGADO JÚNIOR
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – ANABB

A ANABB torna pública a abertura de Processo Seletivo para preenchimento de 1 (uma) vaga de **Advogado Júnior**, para atuar no atendimento jurídico da ANABB, a ser regido pelas seguintes normas:

1. INSCRIÇÕES:

1.1. Os interessados em participar do processo seletivo deverão preencher o FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO disponibilizado no site da ANABB, www.anabb.org.br, na aba trabalhe conosco, e encaminhar, via e-mail, para o endereço eletrônico: processoseletivo@anabb.org.br, a partir do dia **02 de março de 2020**, até às **23:59h do dia 08 de março 2020**, com indicação do cargo: **Advogado Júnior** no campo assunto.

2. ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- 2.1. Peticionamento e acompanhamento de ações judiciais, em sua maioria na Justiça Federal.
- 2.2. Controles de prazos, recursos, petições diversas e o estudo contínuo para aperfeiçoamento das teses.
- 2.3. Eventuais participações em audiências, diligências e reuniões.

3. REQUISITOS PARA A VAGA:

- 3.1. Ser advogado regularmente inscrito na OAB/DF.
- 3.2. Ter experiência em advocacia de massa e/ou processos de competência da justiça Federal, tais como de imposto de renda ou expurgos inflacionários.
- 3.3. Ter experiência em atendimento jurídico ao cliente.
- 3.4. Especialização em direito tributário/processo civil.
- 3.5. Conhecimento em informática.
- 3.6. Conhecimento em legislação trabalhista.
- 3.7. Boa redação.
- 3.8. Habilidade de comunicação e postura segura para o trabalho em equipe.

4. JORNADA E SALÁRIO/REMUNERAÇÃO

- 4.1. Jornada: 40 horas semanais.
- 4.2. Salário R\$ 5.167,31 e Benefícios.

5. SELEÇÃO:

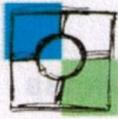
- 5.1. O Processo Seletivo será realizado em 03 (três) etapas:
- 5.2. Análise curricular (formulário de inscrição), para verificação de requisitos de formação, experiência e habilidades.
- 5.3. Os candidatos selecionados na etapa anterior realizarão avaliação escrita, que consistirá em prova escrita composta por até 10 (dez) questões discursivas ou petição técnico-tributária.
- 5.4. Os candidatos aprovados na avaliação escrita serão convocados para avaliação oral/entrevista pessoal.
- 5.5. Após a finalização do certame, será divulgada a relação de aprovados.

6. CRONOGRAMA:

- 6.1. As datas para realização das avaliações presenciais serão comunicadas divulgadas no site da ANABB www.anabb.org.br, na aba trabalhe conosco, e comunicadas via e-mail aos candidatos selecionados em cada fase do processo seletivo.

7. DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO:

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição. 1.1 Conceito e classificações. 2 Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder constituinte derivado 3. Princípios fundamentais. 4 Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2



ANABB

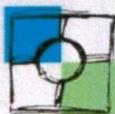
Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil

Mandato de segurança. 5. Poder Judiciário. 5.1 Disposições gerais. 5.2 Órgãos do poder judiciário. 5.2.1 Organização e competências. 5.2.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 6. Funções essenciais à justiça. 6.1 Advocacia e defensoria pública. 7. Controle de constitucionalidade. 7.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 7.2 Controle incidental ou concreto. 7.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 7.4 Exame *in abstractu* da constitucionalidade de proposições legislativas. 7.5 Ação declaratória de Constitucionalidade. 7.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 7.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 7.8 Ação direta de inconstitucionalidade. 8 Súmulas e precedentes jurisprudenciais dos Tribunais Superiores.

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1. Sistema tributário nacional. 1.1 Limitações do poder de tributar. 1.2 Princípios do direito tributário. 1.3 Imunidade tributária. 2 Tributo. 2.1 Espécies de tributos. 2.2 Imposto. 2.3 Taxa. 2.4 Contribuição de melhoria. 2.5 Empréstimo compulsório. 2.6 Contribuição. 3 Competência tributária: exercício da competência tributária. 4 Obrigação tributária: obrigação principal e acessória. 5 Crédito tributário: suspensão, extinção e exclusão de crédito tributário. 6 Lei nº 6.830/80 (Execução Fiscal). 7 Súmulas e precedentes jurisprudenciais dos Tribunais Superiores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Jurisdição e ação. 1.1 Conceito, natureza e características. 1.2 Condições da ação. 2 Partes e procuradores. 2.1 Capacidade processual e postulatória. 2.2 Deveres e substituição das partes e procuradores. 3 Litisconsórcio e assistência. 4 Intervenção de terceiros. 4.1 Oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide e chamamento ao processo. 5 Ministério Público. 6 Competência. 6.1 Em razão do valor e da matéria. 6.2 Competência funcional e territorial. 6.3 Modificações de competência e declaração de incompetência. 7 O juiz. 8 Atos processuais. 8.1 Forma dos atos. 8.2 Prazos. 8.3 Comunicação dos atos. 8.4 Nulidades. 9. Formação, suspensão e extinção do processo. 10 Processo e procedimento. 10.1 Procedimentos ordinário e sumário. 11 Procedimento Ordinário. 11.1 Petição inicial. 11.2 Requisitos, pedido e indeferimento. 12. Resposta do réu. 12.1 Contestação, exceções e reconvenção. 13 Revelia. 14 Julgamento conforme o estado do processo. 15. Provas. 15.1 Ônus da prova. 15.2 Depoimento pessoal. 15.3 Confissão. 15.4 Provas documental e testemunhal. 16 Audiência. 16.1 Conciliação, instrução e julgamento. 17 Sentença e coisa julgada. 18 Liquidação e cumprimento da sentença. 19 Recursos. 19.1 Disposições gerais. 19.2 Apelação, Embargos de Declaração, Agravo retido e de instrumento, Embargos Infringentes e de Divergência, Recurso Especial e Extraordinário. 19.3 Antecipação dos efeitos da tutela recursal. 20 Processo de execução. 20.1 Execução em geral. 20.2 Diversas espécies de execução. 20.2.1 Execução para entrega de coisa. 20.2.2 Execução das obrigações de fazer e de não fazer. 20.3 Execução contra a Fazenda Pública. 21. Execução de ações coletivas. 22 Processo cautelar e medidas cautelares. 22.1 Disposições gerais. 23 Procedimentos especiais. 23.1 Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública. 24. Juizados Especiais – Lei 9099/95 e Lei 10259/2001. 25 Súmulas e precedentes jurisprudenciais dos Tribunais Superiores.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL: 1 Seguridade Social: origem e evolução legislativa no Brasil, conceito; organização e princípios constitucionais. 2 Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio. 3 Salário-de-contribuição: conceito, parcelas integrantes e excluídas, limites mínimo e máximo; salário base, enquadramento, proporcionalidade e reajustamento. 4 Planos de benefício da previdência social: espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor do benefício. 5 PIS/PASEP. 6 Entidades de previdência privada: conceito e finalidades, constituição, organização, funcionamento e fiscalização. 7 Entidades abertas: regulamentos, requisitos essenciais, vinculação ao Sistema Nacional de Seguros Privados (órgão normativo e executivo); operações; disposições especiais. 8 Entidades fechadas: posição em relação à seguridade social oficial; entes patrocinadores e supervisão das atividades das entidades fechadas; Ministério da Previdência Social: competência em relação às



ANABB

Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil

entidades fechadas; operações; entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras no âmbito da administração pública federal. 9 Previdência privada versus previdência pública. 10 Fundos de pensão. 11 Legislação acidentária. 11.1 Regulamento do seguro de acidentes do trabalho (urbano e rural). 11.2 Moléstia profissional.


Reinaldo Fujimoto
Presidente